

## CONSULTA PRÉVIA PARA

**Aquisição de serviços de fornecimento de refeições, no âmbito do evento Fórum dos Clubes Ciência Viva, a realizar nos dias 04 e 05 de abril 2025, no Centro de Congressos da Alfândega Porto**

(Referência **CPR 07/2025**)

## CADERNO DE ENCARGOS

### Cláusulas Jurídicas

#### Cláusula 1.ª - Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (doravante designada por “Ciência Viva”), na sequência do presente procedimento pré-contratual que tem por objeto a **Aquisição de serviços de fornecimento de refeições, no âmbito do evento Fórum dos Clubes Ciência Viva, a realizar nos dias 04 e 05 de abril 2025, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto**, nos Termos e Condições melhor definidos nas Especificações que integram o Anexo I do presente Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição tem a Classificação **CPV** [Vocabulário Comum para os Contratos Públicos aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28/11/2007] – Vocabulário Principal: **55520000-1 - Serviços de fornecimento de refeições (catering)**.

#### Cláusula 2.ª - Local de prestação dos serviços

Os serviços objeto do contrato a celebrar, serão prestados nas instalações do Centro de Congressos da Alfândega do Porto, sitas no Edifício da Alfândega, R. Nova da Alfândega, 4050-

1

430 Porto, em conformidade com as especificações técnicas (Anexo I) do presente Caderno de Encargos.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> - Prazo de vigência e de Execução Contratual**

1. O contrato objeto do presente procedimento tem início na data da sua celebração e publicitação no Portal Base.Gov e manter-se-á em vigor até à conclusão do evento, no âmbito do qual ocorrerá a prestação dos serviços de fornecimento de refeições objeto do mesmo, a realizar-se nos dias 04 e 05 de abril de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. A prestação de serviços de fornecimento de refeições terá início no dia 04 de abril e termo no dia 05 de abril de 2025.
3. As montagens necessárias deverão estar integralmente concluídas até ao termo do dia 03/04/2025 e as desmontagens deverão ter lugar após o evento, até às 19h00 horas do dia 06 de abril de 2025.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Obrigações do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorre para o cocontratante a obrigação principal de executar o objeto de contrato, de forma profissional e competente, nos seguintes termos:
  - a) Prestar os serviços, melhor identificados no Anexo I – Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos, de acordo com os termos e condições neste requeridos;
  - b) Cumprir, integralmente, os prazos de execução fixados na cláusula 3.<sup>a</sup> deste Caderno de Encargos;

- c) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- d) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal prestação dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança.
- e) Nomear um contacto (Gestor de Serviço) que, tendo perfeito conhecimento dos serviços a prestar, desempenhe o papel de interlocutor com o Contraente Público para todos os fins associados à execução do contrato e monitorização da qualidade da prestação;
- f) Comunicar antecipadamente, ao Contraente Público, logo que destes tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das obrigações constantes no presente Caderno de Encargos;
- g) Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
- h) Prestar, de forma correta e fidedigna, as informações e esclarecimentos que o Contraente Público solicite e que se afigurem como necessários à perfeita e completa execução do objeto do contrato a celebrar;
- i) Não ceder, reproduzir, copiar ou transmitir por qualquer forma, gratuita ou onerosa, a terceiros ou para outros fins, que não os emergentes deste contrato, os dados e as informações transmitidas pelo Contraente Público no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar;
- j) A não observância do disposto na alínea anterior, implica, nos termos e para os efeitos legais, o dever de indemnização ao Contraente Público;
- k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com

relevância para a prestação dos serviços, a sua situação jurídica e/ou a sua situação comercial;

- l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- m) Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas, direitos de propriedade industrial ou intelectual ou direitos conexos;
- n) Responsabilizar-se por todos os prejuízos e danos causados, por si ou por subcontratados, ao Contraente Público, e que, por qualquer motivo, resultem da execução do contrato, da atuação do seu pessoal, da deficiente prestação dos serviços ou do mau estado dos bens, materiais e equipamentos utilizados para o fim a que se destina o presente processo aquisitivo.
- o) A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios, técnicos, humanos, materiais e informáticos, que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa prossecução das tarefas a seu cargo.
- p) Se a Ciência Viva vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados na alínea m) da presente cláusula, o cocontratante responderá nos termos do disposto no artigo 447.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.
- q) Dispor de um sistema de segurança alimentar baseado nos princípios de HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points-Análise dos Perigos e Controlo dos Pontos Críticos) nos termos do Regulamento (CE) nº 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29.04.2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios, devidamente implementado e no estabelecimento onde se propõe confeccionar as refeições, apresentando

documento emitido por entidade acreditada responsável pelo acompanhamento do mesmo e auditoria das suas instalações;

- r) Dispor de seguro de acidentes de trabalho em vigor relativamente a todos os trabalhadores a afetar à prestação de serviços;
- s) Dispor de seguro de responsabilidade civil de exploração, em vigor, com o capital mínimo de €100.000 (cem mil euros) por forma a cobrir os riscos e responsabilidade eventualmente emergente da prossecução da sua atividade de catering, incluindo intoxicação alimentar.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> - Preço Base**

1. Nos termos do n.º 1 do art.º 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento é de **€ 62.280,00 (sessenta e dois mil, duzentos e oitenta euros)**, ao qual, sempre que aplicável, acresce IVA à taxa legal aplicável em vigor, o qual se decompõe da seguinte forma:
  - a) **€ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos euros)** entendido como o montante máximo para o fornecimento de serviço de refeições (Lunch Box), a realizar nos dias 04 e 05 de abril de 2025, para um número mínimo estimado de 1400 convidados por dia e um máximo estimado de 2000 convidados por dia, sendo o preço base unitário máximo admitido de 10,40€;
  - b) **€ 18.480,00 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta euros)** para o fornecimento de serviço de refeições (almoço Buffet volante), para um número máximo estimado de 400 pessoas por dia, a realizar nos dias 04 e 05 de abril, de acordo com o preço base unitário máximo, por pessoa, de € 23,10 (vinte e três euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- c) **€ 1.100 (mil e cem euros)** para o fornecimento de serviço de aluguer de 44 mesas de refeição (almoço Buffet volante) para um número máximo estimado de 400 pessoas por dia, a realizar nos dias 04 e 05 de abril, de acordo com o preço base unitário de € 25,00 (vinte e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
  - d) **€ 1.100 (mil e cem euros)**, para o fornecimento de serviço de aluguer de cadeiras de refeição (almoço Buffet volante) para um número máximo estimado de 400 pessoas por dia, a realizar nos dias 04 e 05 de abril, de acordo com o preço base unitário de € 5,50 (cinco euros e cinquenta cêntimos), mais IVA;
- 2. O preço referido no número 1 da presente cláusula inclui todas as despesas, encargos e custos necessários ao integral cumprimento do contrato objeto deste procedimento e cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, nomeadamente quaisquer custos com transporte, entrega e deslocações de meios humanos, meios materiais e equipamentos inerentes ao serviço a prestar.
  - 3. O preço contratual previsto no nº 1, corresponderá ao preço contratual máximo objeto de adjudicação, sem prejuízo do disposto nos nº 2 e 7 da Cláusula 6ª.

#### **Cláusula 6.ª – Preço contratual e condições de pagamento**

- 1. O preço contratual total, que fôr devido pelo Contraente Público ao Cocontratante, será pago, na sequência da emissão e envio pelo Cocontratante da correspondente fatura, após a integral prestação dos serviços previstos nas especificações técnicas (Anexo I) do presente Caderno de Encargos.
- 2. O preço contratual total a pagar pelo Contraente Público ao Cocontratante, será apurado mediante aplicação dos preços contratuais unitários propostos e aplicáveis a cada tipo de serviço (Almoço Volante e bebidas Almoço Volante; fornecimento de lunch box) em função do número efetivo de participantes/refeições, em conformidade com o número de

- participantes, por tipologia de refeição que seja objeto de confirmação, por escrito, pelo Gestor do Contrato até ao dia 20 de março de 2025.
3. A fatura deverá conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, a identificação da tipologia dos serviços prestados, assim como a referência do procedimento de formação de contrato: **CPR 07/2025**.
  4. A fatura deverá ser emitida em nome do Contraente Público:  
**Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica**  
Largo José Mariano Gago, Parque das Nações n.º 1  
1990-073 Lisboa  
NIPC 504300156  
Telefone n.º (+351) 21 898 50 20  
Correio eletrónico: [compras@cienciaviva.pt](mailto:compras@cienciaviva.pt).
  5. Nos termos do n.º 1 do artigo 299º- B do CCP, objeto de regulamentação pela Portaria n.º 289/2019 de 05 de setembro, o Cocontratante deverá emitir faturas eletrónicas, contendo os elementos previstos no n.º 1 da referida disposição, sempre que aplicáveis e o modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia.
  6. A(s) Fatura(s) deverão ser enviadas através de formato eletrónico de dados, através de EDI de faturação eletrónica. O EDI de faturação eletrónica utilizado pela Entidade Adjudicante é a plataforma *iLink*, acessível através do site <https://www.ilink.pt/ilink/signup>.
  7. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura já retificada.
  8. Será apenas devido o preço contratual correspondente ao número de refeições/pessoas

objeto de confirmação pelo Contraente Público, nos termos do nº 2 e efetivamente fornecidas.

9. Não são admitidos, por conta de prestações a realizar, adiantamentos de preços.

#### **Cláusula 7.ª - Caução**

Atendendo a que o valor do preço base máximo a admitir é inferior a 500.000 € (quinhentos mil euros), nos termos do disposto no nº 2 do artigo 88º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

#### **Cláusula 8.ª - Políticas Horizontais**

Em conformidade com o previsto no n.º 2 do art.º 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), com a redação vigente conferida pela Lei 30/2021, de 21 de Maio, o Cocontratante obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

#### **Cláusula 9.ª - Trabalhadores Afetos à Prestação de Serviços**

O Cocontratante obriga-se a cumprir o disposto nos nºs 1 ou 2 artigo 419º-A, aplicável por remissão do nº 2 do artigo 451º, ambos do CCP, no que respeita ao regime laboral dos trabalhadores afectos à prestação de serviços, salvo nos casos previstos no nº 3 ou 4 do referido artigo.

#### **Cláusula 10.ª - Dever de Sigilo e Confidencialidade**

1. O Cocontratante garantirá o sigilo e confidencialidade sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

8



2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que for comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa, por qualquer causa, obter no âmbito da execução do presente contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. A obrigação de sigilo e confidencialidade do Cocontratante estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados bem como a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
6. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de vigência do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.

#### **Cláusula 11.ª – Proteção de Dados Pessoais**

1. O Cocontratante e o Contraente Público obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeada e especialmente, ao art.º 28.º do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), outorgando acordo específico relativo ao tratamento de dados pessoais, aquando da celebração do contrato, nos termos que constam do Anexo II, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para

terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pelo Contraente Público, quando aplicável, e para o IMPIC, IP.

2. Constituem obrigações do Cocontratante, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais do Contraente Público;
- c) Efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
- d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
  - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
  - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
  - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados.
- f) Disponibilizar ao Contraente Público todas informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;

- g) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa do Contraente Público, ou decorrente de obrigação legal;
  - h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
  - i) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 32.º do RGPD;
  - j) Prestar assistência ao Contraente Público no sentido de assegurar, em especial, o cumprimento da obrigação de adoção de medidas de segurança do tratamento de dados pessoais tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Cocontratante
  - k) Apoiar o Contraente Público na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
  - l) Solicitar ao Contraente Público, previamente e por escrito, autorização específica ou geral para efeitos de subcontratação do objeto do contrato a celebrar. Em caso de autorização geral por escrito, o Cocontratante informa o Contraente Público de quaisquer alterações pretendidas quanto à substituição do Cocontratante, dando assim ao Contraente Público a oportunidade de se opor a tais alterações.
3. Em caso de subcontratação do objeto do contrato a celebrar, serão transmitidas ao subcontratante todas as obrigações de realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do Contraente Público que sobre este impendem, designadamente a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas e conformes ao disposto no RGPD.
- Na eventualidade de incumprimento, pelo subcontratante, das obrigações supramencionadas, o Cocontratante mantém-se plenamente responsável perante o Contraente Público pelo cumprimento das obrigações do subcontratante.

4. Para efeitos de cumprimento da obrigação decorrente do disposto no art.º 33.º do RGPD, o Cocontratante notifica o Contraente Público de forma imediata, e sempre antes de estarem decorridas 72 (setenta e duas) horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.
5. Para o efeito, o Cocontratante deve anexar toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para por término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
6. Finda a vigência do contrato, o Cocontratante obriga-se a eliminar/apagar ou devolver ao Contraente Público, consoante a opção definida pelo Gestor do Contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como a eliminar quaisquer outras cópias existentes.

#### **Cláusula 12.ª - Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

12

- embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Cocontratante, de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, tratando de informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1. A Subcontratação e a Cessão da Posição Contratual pelo Cocontratante, depende da prévia e expressa autorização do Contraente Público, nos termos do disposto nos artigos 318.º e 319.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. A autorização da subcontratação e da cessão da posição contratual do Cocontratante depende ainda da prévia apresentação, pelo subcontratado/cessionário, dos respetivos Documentos de Habilitação.
3. Para efeitos de autorização à subcontratação pelo cocontratante, deve este apresentar ao Contraente Público, uma proposta fundamentada instruída com os Documentos de Habilitação exigidos no n.º anterior da presente cláusula.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Penalidades Contratuais**

1. No caso de incumprimento pelo Cocontratante dos prazos de execução das suas obrigações contratuais fixados no presente contrato, por causa imputável ao Cocontratante, será aplicável ao Cocontratante uma penalidade, correspondente ao valor diário de 1% (um por cento) sobre o preço contratual ou o proporcional correspondente a cada hora de atraso que esteja em causa, até ao cumprimento integral ou à resolução do contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, as penas pecuniárias referidas no número anterior não deverão exceder 20% do valor total do contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

5. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Resolução do Contrato**

1. Na eventualidade de o Cocontratante não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, o Contraente Público notificará-lo-á para cumprir no prazo adicional a determinar, se tal cumprimento ainda for possível.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, ou se tal cumprimento não for possível, e sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes da cláusula referente às penalidades contratuais, no caso do Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, o Contraente Público pode optar por resolver o contrato, a título sancionatório, nos termos do disposto no artigo 333.º do CCP, com fundamento em incumprimento definitivo.
3. Consiste, designadamente, fundamento para resolução com justa causa, as circunstâncias seguintes:
  - a) A não prestação da totalidade ou parte dos serviços de fornecimento de refeições necessários à boa e atempada execução do objeto do contrato;
  - b) A deficiente qualidade de prestação de serviços contratados;
  - c) O incumprimento do dever de sigilo e confidencialidade;
  - d) O incumprimento reiterado de obrigações contratuais que tenham sido comunicadas nos termos do n.º 1 da presente cláusula.
4. O disposto nos n.ºs anteriores não prejudica o direito do Contraente Público às indemnizações a que, nos termos gerais, haja lugar.

5. Em caso de incumprimento grave das obrigações assumidas pelo Contraente Público, o Cocontratante tem direito a resolver o contrato, por sua iniciativa, nos termos e condições estabelecidos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Domicílio e Comunicações**

1. As notificações e as comunicações, entre o Contraente Público e o Cocontratante, devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, endereçados para as seguintes moradas ou contactos, que se elegem como domicílio:

##### **CONTRAENTE PÚBLICO:**

##### **Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica**

Pavilhão do Conhecimento – Centro Ciência Viva  
Largo José Mariano Gago n.º 1, Parque das Nações  
1990-073 Lisboa  
Contacto telefónico: (+351) 21 898 50 20  
Correio eletrónico: [compras@cienciaviva.pt](mailto:compras@cienciaviva.pt)

##### **COCONTRATANTE: [A Completar]**

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, se recebida em dia útil, ou no dia útil subsequente ao da receção, quando recebida em dia não útil.



#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> - Representantes das Partes e Gestor do contrato**

1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, o qual desempenhará, para todos os fins associados à execução do contrato, o papel de interlocutor com a parte contrária.
2. Nos termos e para efeitos de cumprimento das disposições constantes no artigo 290.º-A do CCP, as funções de gestão do presente contrato serão asseguradas pelo **Responsável do Departamento de Marketing, Eventos e Negócios da Ciência Viva**, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução e exercer as competências previstas na citada disposição legal.
3. Cada uma das partes obriga-se a informar a outra parte, por escrito, da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos nos números anteriores.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Foro competente**

1. As partes manifestam o seu empenho no bom relacionamento entre si e acordam que, constatada, por qualquer uma delas, a existência de um litígio ou diferendo relativo à interpretação, integração, execução ou cumprimento do presente contrato, será o mesmo, em primeiro lugar, objeto de uma tentativa de resolução amigável.
2. Para resolução de todos e quaisquer litígios é eleito pelas partes, com expressa renúncia a qualquer outro, o Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Outros Encargos**

Todas as despesas derivadas da apresentação da proposta e celebração do contrato são da responsabilidade do Cocontratante.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Prevalência**

1. Fazem parte integrante do contrato:

- a) Os esclarecimentos e as retificações a erros ou omissões do Caderno de Encargos;
  - b) O presente Caderno de Encargos e seus Anexos;
  - c) A proposta adjudicada;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior, a prevalência será determinada nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo relativamente a eventuais ajustamentos propostos nos termos do disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.

#### **Cláusula 21.ª – Lei aplicável**

Em tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação vigente à data do início do procedimento, e demais legislação complementar.

## Anexo I - Especificações Técnicas

### I - Descrição do objeto do contrato e termos e condições requeridas

O contrato a outorgar na sequência do presente procedimento, tem por objeto, nos termos, condições e especificações técnicas infra descritas, a aquisição, pelo Contraente Público ao Cocontratante de **Serviços de fornecimento de refeições, no âmbito do evento Fórum dos Clubes Ciência Viva, a realizar nos dias 04 e 05 de abril 2025, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto**, nos seguintes termos:

**a) ALMOÇO BUFFET VOLANTE – DIAS 04 e 05 DE ABRIL de 2025 (Nº máximo de 400 PAX/dia com duração de 2h00)**

**Composição:**

Saladas;

Sopa;

Pratos Principais (opções de Peixe, Carne e Vegetariano);

Sobremesas Doces e Fruta;

Bebidas:

Sumo de laranja natural;

Refrigerantes;

Água mineral com e sem gás;

Café & chás.

**Inclui:** Mesas de bar e apoio de loiças, vidros e talheres; Empregados de mesa; Serviço de copa e cozinha; Montagem e desmontagem; Transporte para a Alfândega do Porto.

**b) LUNCH BOX – DIAS 04 e 05 de abril de 2025**

Fornecimento de lunch box para um nº mínimo de 1400 Convidados / dia e máximo de 2000 Convidados/dia, com a composição infra descrita, com o preço base unitário máximo de € 10,40, por pessoa/ dia (Sem IVA) com a composição infra acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Composição:**

- 1 Sumo de Fruta ;
- 1 x Água Mineral 0,33 lt ;
- 2 x peças fruta (maçã ou banana);
- 1 x Barra energética;
- 1 x Sandes em pão baguete ( ex: carne assada, delicias do mar, delicia de atum e opção vegetariana).

Apenas será devido o preço contratual correspondente ao número de refeições/pessoas objeto de confirmação/encomenda pelo Contraente Público e fornecimento efetivo pelo Cocontratante.

O número exato de refeições/pessoas, por tipologia de serviço, será confirmado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, nos termos do nº II. Quantidades.

O evento decorrerá nos dias 04 e 05 de abril de 2025, devendo todo o material e equipamento necessário para a prestação de serviços em apreço montado e devidamente instalado, na íntegra, até ao termo do dia 03/04/2025.

As desmontagens necessárias serão efetuadas após o termo do evento, depois das 19h00 do dia 05/04/2025 e até às 19 horas do dia 06/04/2025.

20

Conforme alínea c) do ponto X do convite, deverá ser apresentado o Documento comprovativo da implementação de um sistema de segurança alimentar baseado nos princípios de HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points-Análise dos Perigos e Controlo dos Pontos Críticos), nos termos do Regulamento (CE) nº 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29.04.2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios, pelo Cocontratante e no estabelecimento onde se propõe confeccionar as refeições, emitido por entidade acreditada responsável pelo acompanhamento do mesmo e auditoria das suas instalações;

Conforme a subalínea v, da alínea c) do ponto XII do convite deverá ser apresentado o Comprovativo de contrato de seguro de responsabilidade civil exploração, em vigor, com o capital mínimo de €.100.000 (cem mil euros) por forma a cobrir os riscos e responsabilidade eventualmente emergente da prossecução da sua atividade de catering, incluindo intoxicação alimentar.

## **II. Quantidades**

1. O número máximo de pessoas/refeições, a fornecer no âmbito do contrato, é o que se encontra definido no nº anterior do presente Caderno de Encargos, sendo o número exato de refeições, a fornecer, por tipologia, indicado por escrito, pelo Gestor de Contrato do Contraente Público ao Cocontratante, até ao dia 20 de março de 2025.
2. A quantidade máxima estimada mencionada no n.º anterior, tem em consideração as necessidades expetáveis, aquando do momento da abertura do presente procedimento, podendo, no entanto, em sede de execução contratual, vir a ser reduzida relativamente à prevista no presente Caderno de Encargos, sendo apenas devido o preço contratual correspondente ao número de refeições/pessoas objeto de confirmação pelo Contraente Público e efetivamente fornecidas, em função do preço contratual unitário, por pessoa, por tipologia de refeição, proposto pelo Cocontrante e aplicável.

21

### III. Conformidade dos serviços

1. O cocontratante garante prestar os serviços, objeto do contrato a celebrar, em conformidade com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos definidos nas especificações técnicas presente Caderno de Encargos.
2. Durante a fase de execução dos serviços, o Cocontratante deve prestar ao Contraente Público toda a cooperação e esclarecimentos necessários que o Contraente Público considerar pertinentes e de interesses para o cumprimento da conformidade dos serviços objeto do contrato a celebrar.

## **Anexo II – Minuta de Acordo de Tratamento de Dados Pessoais**

Entre:

Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, com sede Largo José Mariano Gago, Parque das Nações, 1990-073 Lisboa – Portugal , com o número de matrícula e pessoa coletiva nº 504300156, neste ato devidamente representada por \_\_\_\_\_, na qualidade de Presidente da Direção e por \_\_\_\_\_, na qualidade de Vogal da Direção, com poderes para o ato, de ora em diante designada por Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica ou RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO;

E:

\_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, com o número de matrícula e pessoa coletiva nº \_\_\_\_\_, neste ato devidamente representada pelo seu gerente \_\_\_\_\_, com poderes para o ato, de ora em diante designada por FORNECEDOR;

De ora em diante identificados conjunta e abreviadamente como “partes”, reconhecem mutuamente a capacidade jurídica necessária para contratar e ficar vinculada pelos termos decorrentes do presente Acordo de Tratamento de Dados Pessoais.

Considerando que;

- a. A Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e o FORNECEDOR mantêm uma relação contratual para a prestação de serviços (Contrato Principal) de [\_\_\_\_\_].
- b. Em cumprimento das disposições constantes das Leis de Proteção de Dados, nomeadamente do Regulamento Geral de Proteção de Dados, as partes acordam

23

estabelecer o presente clausulado que constitui adenda ao Contrato Principal, cujos termos e condições permanecerão em pleno vigor e efeito.

## 1. Objeto

A presente adenda tem como finalidade regular os termos e condições do acesso a dados pessoais da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica por parte do FORNECEDOR no âmbito da sua prestação de serviços, por forma a assegurar a conformidade com as leis de proteção de dados e a defesa dos direitos do titular dos dados.

## 2. Confidencialidade

2.1. No âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes o FORNECEDOR não deve aceder a arquivos, documentos ou qualquer outro tipo de ficheiros que contenham ou não dados pessoais que pertençam à Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

2.2. Se por algum motivo, o FORNECEDOR, tiver acesso a dados pessoais da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica compromete-se a tratar como estritamente confidencial a informação acedida.

2.3. Para efeitos do presente Contrato, considera-se “Informação Confidencial” toda e qualquer informação, independentemente do seu formato de origem, de trabalho ou de envio, e, em geral, tudo o que disser respeito a documentação, bases de dados, sistemas e outras informações da propriedade da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, ou relativa à atividade das Partes, dos seus clientes, órgãos estatutários, trabalhadores, fornecedores e prestadores de serviços, que não seja do conhecimento público.

2.4. O FORNECEDOR obriga-se a:



- a. Não revelar, divulgar, transmitir ou tornar por qualquer forma conhecida, no todo ou em parte, a Informação Confidencial a que tenha acesso, abstendo-se de a revelar a terceiros;
- b. Avisar e informar os seus colaboradores, empregados e prestadores de serviços das obrigações de confidencialidade que sobre eles impendem e tomar as necessárias medidas para que eles mantenham essa confidencialidade;
- c. Cumprir a legislação sobre a proteção de dados pessoais, bem como as determinações da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

2.5. As obrigações enunciadas no presente Contrato abrangem todos os colaboradores internos ou externos, prestadores de serviços, representantes ou consultores do FORNECEDOR, ou de qualquer Empresa do grupo a que pertença, que venham a ser chamados a praticar qualquer ato que possa implicar o acesso acidental, fortuito ou por qualquer outra circunstância, a Informação Confidencial, o qual deverá tomar todas as diligências com vista ao seu cumprimento.

2.6. A presente cláusula não é aplicável à informação que:

- a. É ou se torna publicamente conhecida por motivo diferente do incumprimento do presente Contrato;
- b. Informação obtida no cumprimento da Lei;
- c. Informação que seja transmitida ao FORNECEDOR por terceiro, que a obteve de forma legítima, e desde que a divulgação da mesma seja devidamente autorizada, expressamente, por escrito, pela Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, de que tal não constitui violação do dever de confidencialidade;
- d. Toda a informação cuja divulgação pública haja sido autorizada pela Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica;
- e. Informação que seja objeto de divulgação por imposição de ato judicial ou administrativo, desde que emitido por órgão competente.

- 2.7. A presente cláusula não caduca, designadamente, com a resolução, revogação ou cessação do Contrato de prestação de serviços existente entre as partes.
- 2.8. A presente cláusula mantém-se igualmente em vigor, no caso de cessão de posição contratual no presente Contrato, carecendo, tal cessão, sempre da autorização escrita da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.
- 2.9. As partes obrigam-se a proceder de boa-fé em tudo o que diga respeito ao presente Contrato, tendo sempre presente o carácter essencial da confidencialidade da informação da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

### 3. Condições Gerais

- 3.1. Nenhuma das cláusulas acordada na presente adenda reduz as obrigações do FORNECEDOR ou da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica estipuladas nos termos do Contrato Principal em relação à proteção dos Dados Pessoais.
- 3.2. Se, em qualquer momento posterior à assinatura da presente adenda, qualquer disposição do mesmo vier a ser declarada nula ou inexistente, ou anulada, tal facto não implicará a invalidade das restantes disposições contratadas.

O presente Acordo é parte integrante do contrato, que será assinado, num único exemplar, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado de assinatura digital qualificada por todos os outorgantes, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura, ficando cada uma das partes na posse de um documento digital integralmente assinado.